



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Ata nº 012 da Sessão Ordinária nº 012, de
28 de fevereiro de 2013.

1 Às nove horas do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a
3 Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros **ROSA HAGE, DANIEL**
4 **LAVAREDA, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO**
5 **CHAVES e CEZAR COLARES**, bem como a presença da Procuradora Chefe do Ministério Público junto
6 ao TCM-PA, **ELIZABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
7 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento
8 Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha para proposição de voto, nos termos da
9 Resolução nº 10.249/2011. Convocada a Auditora Adriana Oliveira em substituição ao Conselheiro Cezar
10 Colares, nos termos da Portaria nº 0240/2013. Convocada a Auditora Márcia Costa em substituição ao
11 Conselheiro Aloísio Chaves, nos termos da Portaria nº 0202/2013. A seguir, a Presidência deu início a
12 Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão.
13 Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e
14 sabedoria". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 008/13. Em sequência, apresentada a
15 **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo**
16 **nº1300012005-00; Prefeitura Municipal de Anapu; Prestação de Contas de 2005; Responsável**
17 **Luiz dos Reis Carvalho; 4ª Controladoria; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro**
18 **Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Retirado de pauta. Em
19 seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Houve inversão de pauta com o
20 julgamento dos processos de nº's 6, 19, 20, 21, 22 e 23: **Processos nº 1232032004-00**
21 **(30.10.2007) – 200718011-00 (17.12.2007) – 200800278-00 (09.01.2008); Fundo**
22 **Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará; Prestação de Contas de 2004; Responsável Aldemir da**
23 **Conceição Aires Oliveira; Auditores Alessandra Braga e Leonardo Macieira; Procuradora Maria Inez**
24 **Gueiros; Relator - Auditor convocado para proposição de voto José Alexandre Cunha Pessoa; Publicado**
25 **no DOE nº 32.343, de 25.02.2013; Retirado de Pauta na Sessão do dia 21.02.2013.**
26 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
27 manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Gestão. A matéria foi
28 colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposição de **VOTO**: "*pela não aprovação das contas*
29 *do Fundo Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará, do exercício financeiro de 2004, de responsabilidade*
30 *do Sr. Aldemir da C. Aires Oliveira, cominando ainda nos seguintes recolhimentos com fulcro no art. 57, inc. I,*
31 *da Lei Complementar nº 25/1994, os seguintes valores: • R\$500,00 (quinhentos reais), pela remessa*
32 *intempestiva da Prestação de contas do quadrimestral; • R\$1.000,00 (mil reais), pela não apropriação e*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

33 *recolhimento de encargos patronais, em descumprimento ao regime de competência da despesa*
34 *Pública, previsto no art. 50, II, LRF. • R\$ 2.980,09, (dois mil, novecentos e oitenta reais e nove centavos) pela*
35 *ausência dos processos licitatórios no total de R\$ 59.601,89".* **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o
36 Conselheiro Antônio José e a Conselheira substituta Márcia Costa acompanharam o Relator, na íntegra.
37 A Conselheira Mara Lúcia e a Conselheira substituta Adriana Oliveira acompanharam o Relator porém
38 divergiram quanto a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à
39 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Luzia do
40 Pará, do exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. Aldemir da C. Aires Oliveira, **por**
41 **maioria**, com os seguintes recolhimentos, com fulcro no art. 57, inc. I, da Lei Complementar nº
42 25/1994: • R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela remessa intempestiva da Prestação de contas do
43 quadrimestral; • R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pela não apropriação e recolhimento de encargos
44 patronais, em descumprimento ao regime de competência da despesa Pública, previsto no art. 50, II,
45 LRF. • R\$ 2.980,09, (dois mil, novecentos e oitenta reais e nove centavos) pela ausência dos processos
46 licitatórios no total de R\$ 59.601,89. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Auditora substituta de
47 Conselheiro Adriana Oliveira quanto a multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do
48 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201204984-00; Prefeitura Municipal de**
49 **Paragominas; Contratos Temporários; Interessados Ângela do Socorro Costa Assunção e outros;**
50 **Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa.**
51 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
52 manifestou-se contra o registro dos Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua
53 proposição de **VOTO:** "*negando registro aos contratos temporários firmados pela Prefeitura Municipal de*
54 *Paragominas e Ângela do Socorro Costa Assunção e outros, para exercerem as funções inerentes aos cargos*
55 *de Agente Indígena de Saúde, Agente de Saneamento Indígena, Técnico de Enfermagem Indígena,*
56 *Odontólogo, Auxiliar de Serviços Gerais Indígena, Agente de Combate em Endemias, Médico, Vigilante*
57 *Indígena, Professor Nível I - Zona Urbana, Professor Nível Especial I - Zona Urbana, e outros, com a*
58 *remuneração mensal de R\$ 10,84 hora/aula, R\$ 6,56 hora/aula, R\$ 622,00, R\$ 3.500, R\$ 4.500,00, R\$*
59 *540,00, R\$ 946,69 e R\$ 1.041,35, e outros, no período de 02, 24, 25, 31/01/2012; 01, 02, 03, 06, 08,*
60 *13/02/2012 e outros até 31/07 e 31/12/2012".* **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os
61 termos da proposição de voto apresentada, no que foi acompanhado pelas Auditoras substitutas de
62 Conselheiros, Márcia Costa e Adriana Oliveira. A Conselheira Rosa Hage divergiu e votou pelo registro
63 dos Contratos, no que foi acompanhada pelos Conselheiros, Antônio José e Mara Lúcia. Com voto de
64 desempate da Presidência da Sessão, Conselheira Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
65 Plenário, **por maioria**, decidiu pelo registro dos Contratos temporários firmados pela Prefeitura
66 Municipal de Paragominas e Ângela do Socorro Costa Assunção e outros, para exercerem as funções



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

67 inerentes aos cargos de Agente Indígena de Saúde, Agente de Saneamento Indígena, Técnico de
68 Enfermagem Indígena, Odontólogo, Auxiliar de Serviços Gerais Indígena, Agente de Combate em
69 Endemias, Médico, Vigilante Indígena, Professor Nível I - Zona Urbana, Professor Nível Especial I – Zona
70 Urbana, e outros, com a remuneração mensal de R\$-10,84 hora/aula, R\$-6,56 hora/aula, R\$-622,00, R\$
71 3.500, R\$-4.500,00, R\$-540,00, R\$-946,69 e R\$-1.041,35, e outros, no período de 02, 24, 25,
72 31/01/2012; 01, 02, 03, 06, 08 e 13/02/2012 e outros até 31/07 e 31/12/2012. Ausência, por ocasião
73 da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencido o Conselheiro José Carlos Araújo e as Auditoras
74 substitutas de Conselheiros, Márcia Costa e Adriana Oliveira. **Processo nº 201210599-00;**
75 **Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos Temporários; Interessados Alberto Gustavo de**
76 **Oliveira Telles e outros; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor convocado José Alexandre**
77 **Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
78 autos e manifestou-se contra o registro dos Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
79 Relator proferiu seu **VOTO**: "*negando registro aos contratos temporários firmados entre a Prefeitura*
80 *Municipal de Paragominas e Alberto Gustavo de Oliveira Telles e outros, para exercerem as funções inerentes*
81 *aos cargos de médico, odontólogo, enfermeira, higienista dental, agente técnico em enfermagem, médico*
82 *cardiologistas, médico cirurgião geral, técnico em laboratório, técnico em radiologista, técnico em*
83 *enfermagem, médico ginecologista/obstetrícia, médico cirurgião, motorista de endemias e bioquímica, com a*
84 *remuneração mensal de R\$-10.450,00; R\$-1.893,00; R\$-946,69; R\$-622,00 e R\$-1.041,36 respectivamente,*
85 *no período de 02/01, 24/04, 02/05, 13/03, 01/05 à 31/12/2012". Em votação:* o Conselheiro José Carlos
86 Araújo ratificou os termos da proposição de voto apresentada, no que foi acompanhado pela
87 Conselheira Mara Lúcia e pelas Auditoras substitutas de Conselheiros, Márcia Costa e Adriana Oliveira. A
88 Conselheira Rosa Hage divergiu e votou pelo registro dos Contratos, no que foi acompanhada pelo
89 Conselheiro Antônio José. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu negar
90 registro aos Contratos temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Paragominas e Alberto
91 Gustavo de Oliveira Telles e outros, para exercerem as funções inerentes aos cargos de médico,
92 odontólogo, enfermeira, higienista dental, agente técnico em enfermagem, médico cardiologista, médico
93 cirurgião geral, técnico em laboratório, técnico em radiologista, técnico em enfermagem, médico
94 ginecologista/obstetrícia, médico cirurgião, motorista de endemias e bioquímica, com a remuneração
95 mensal de R\$-10.450,00; R\$-1.893,00; R\$-946,69; R\$-622,00 e R\$-1.041,36, respectivamente, no
96 período de 02/01, 24/04, 02/05, 13/03, 01/05 à 31/12/2012. Ausência, por ocasião da votação, do
97 Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José. **Processo**
98 **nº 201207138-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos Temporários; Interessados**
99 **Adriane Maria Raiol Soares e outros; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor convocado José**
100 **Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

101 posicionamento dos autos e manifestou-se contra o registro dos Atos. A matéria foi colocada **em**
102 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*negando registro aos contratos temporários*
103 *firmados entre a Prefeitura Municipal de Paragominas e Adriane Maria Raiol Soares e outros, para exercer as*
104 *funções inerentes aos cargos de agente comunitário de saúde, higienista dental, odontólogo, médico e*
105 *outros, com remuneração mensal variável entre R\$622,00 a R\$10.450,00, pelo período de 02/01 até*
106 *31/12/2012*". **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposição de voto
107 apresentada, no que foi acompanhado pela Conselheira Mara Lúcia e pelas Auditoras substitutas de
108 Conselheiros, Márcia Costa e Adriana Oliveira. A Conselheira Rosa Hage divergiu e votou pelo registro
109 dos Contratos, no que foi acompanhada pelo Conselheiro Antônio José. A Presidência proclamou a
110 **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu negar registro aos Contratos temporários firmados entre a
111 Prefeitura Municipal de Paragominas e Adriane Maria Raiol Soares e outros, para exercer as funções
112 inerentes aos cargos de agente comunitário de saúde, higienista dental, odontólogo, médico e outros,
113 com remuneração mensal variável entre R\$-622,00 a R\$-10.450,00, pelo período de 02/01 até
114 31/12/2012. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira
115 Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José. **Processo nº 201217487-00; Prefeitura Municipal de**
116 **Paragominas; Contratos Temporários; Interessados Rosemary Guimarães Brito e outros; Procuradora**
117 **Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa**. Cumprindo dispositivo
118 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contra o
119 registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposição de **VOTO**:
120 "*negando registro aos Contratos temporários firmados pela Prefeitura Municipal de Paragominas e Rosemary*
121 *Guimarães Brito e outros, para exercerem as função inerentes aos cargos de enfermeiro, médico radiologista*
122 *e médico, com a remuneração mensal de R\$-1.041,36, R\$-5.225,00 e R\$-10.450, no período de 01/10,*
123 *18/07 e 10/10 à 31/12/2012*". **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da
124 proposição de voto apresentada, no que foi acompanhado pela Conselheira Mara Lúcia e pelas Auditoras
125 substitutas de Conselheiros, Márcia Costa e Adriana Oliveira. A Conselheira Rosa Hage divergiu e votou
126 pelo registro dos Contratos, no que foi acompanhada pelo Conselheiro Antônio José. A Presidência
127 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu negar registro aos Contratos temporários
128 firmados pela Prefeitura Municipal de Paragominas e Rosemary Guimarães Brito e outros, para
129 exercerem as função inerentes aos cargos de enfermeiro, médico radiologista e médico, com a
130 remuneração mensal de R\$-1.041,36, R\$-5.225,00 e R\$-10.450, no período de 01/10, 18/07 e 10/10 à
131 31/12/2012. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira
132 Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José. **Processo nº 201213743-00; Prefeitura Municipal de**
133 **Paragominas; Contratos Temporários; Interessados Lilian Helena Monducci Guimarães de Carvalho e**
134 **outros; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor convocado para proposição de voto**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

135 José Alexandre Cunha Pessoa. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
136 posicionamento dos autos e manifestou-se contra o registro do Ato. A matéria foi colocada **em**
137 **discussão.** O Relator proferiu sua proposição de **VOTO:** "*negando registro aos contratos temporários*
138 *firmados pela Prefeitura Municipal de Paragominas e Lilian Helena Monducci Guimarães de Carvalho e*
139 *outros para exercerem as função inerentes aos cargos de Professor Nível I-Zona Urbana, Professor Nível*
140 *Especial I – Zona Urbana, Agente Técnico em Informática – Zona Urbana, Agente Comunitário de Saúde,*
141 *Médico, Médico – Ortopedista, Fonoaudióloga – Zona Urbana, Psicóloga, Técnica em Laboratório e*
142 *Microscopista para Endemias com a remuneração mensal de R\$ 12,30 hora/aula, R\$ 7,44 hora/aula, R\$*
143 *622,00, R\$ 715,30, R\$ 7.700,00, R\$ 10.450,00, R\$ 946,69 e R\$ 1.041,35, no período de 02/01/2012;*
144 *01/02/2012; 08 e 27/05/2012; 01, 08, 12, 13 e 25/05/2012 e 02, 03/07/2012 à 31/12/2012". Em votação:*
145 o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposição de voto apresentada, no que foi
146 acompanhado pela Conselheira Mara Lúcia e pelas Auditoras substitutas de Conselheiros, Márcia Costa e
147 Adriana Oliveira. A Conselheira Rosa Hage divergiu e votou pelo registro dos Contratos, no que foi
148 acompanhada pelo Conselheiro Antônio José. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por**
149 **maioria,** decidiu negar registro aos Contratos temporários firmados pela Prefeitura Municipal de
150 Paragominas e Lilian Helena Monducci Guimarães de Carvalho e outros, para exercerem as função
151 inerentes aos cargos de Professor Nível I - Zona Urbana, Professor Nível Especial I – Zona Urbana,
152 Agente Técnico em Informática – Zona Urbana, Agente Comunitário de Saúde, Médico, Médico –
153 Ortopedista, Fonoaudióloga – Zona Urbana, Psicóloga, Técnica em Laboratório e Microscopista para
154 Endemias com a remuneração mensal de R\$ 12,30 hora/aula, R\$ 7,44 hora/aula, R\$ 622,00, R\$ 715,30,
155 R\$ 7.700,00, R\$ 10.450,00, R\$ 946,69 e R\$ 1.041,35, no período de 02/01/2012; 01/02/2012; 08 e
156 27/05/2012; 01, 08, 12, 13 e 25/05/2012 e 02, 03/07/2012 à 31/12/2012. Ausência, por ocasião da
157 votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio
158 José. **Processos nº 1430042001-00 (200406729-00); Fundo Municipal de Educação de**
159 **Sapucaia;** Prestação de Contas de 2001; Responsável Walter Gomes Júnior; Auditora Adriana Oliveira;
160 Procuradora Elisabeth Salame da Silva Relator - Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa;
161 **Publicado no DOE nº 32.343, de 25.02.2013.** Retirado de pauta. **Processo nº 1033982009-00;**
162 **Fundo Municipal de Saúde de São João de Pirabas;** Prestação de Contas de 2009; Responsável -
163 **Merian Benoliel Gomes; 1ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa**
164 **Hage; Publicado no DOE nº 32.343, de 25.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
165 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se aprovação das contas, com ressalvas. A
166 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência
167 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas do Fundo
168 Municipal de Saúde de São João de Pirabas, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da Sra.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

169 Merian Benoliel Gomes. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do
170 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 430022004-00; Câmara Municipal de Maracanã;**
171 **Prestação de Contas de 2004; Responsável Raimundo Raiol da Costa; 2ª Controladoria; Procuradora**
172 **Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor convocado Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.343, de**
173 **25.02.2013.** Retirado de pauta. **Processo nº 484592007-00; Fundo Municipal de Saúde de**
174 **Monte Alegre; Prestação de Contas de 2007; Responsável Jean Carlos Silva Vasconcelos; 4ª**
175 **Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães;**
176 **Publicado no DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
177 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
178 favorável aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
179 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação
180 das contas do Fundo Municipal de Saúde de Monte Alegre, exercício de 2007, devendo ser expedido em
181 favor de Jean Carlos Silva Vasconcelos, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-6.680.865,26
182 (seis milhões, seiscentos e oitenta mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos).
183 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda.
184 **Processos nº 1100022001-00 (200406273-00); Câmara Municipal de Brasil Novo; Recurso de**
185 **Reconsideração interposto contra a decisão do Acórdão nº 12.149, de 03.02.2004, prestação de contas**
186 **de 2001; Responsável Domingos José da Silva Rodrigues; 2ª Controladoria; Procuradora Elisabeth**
187 **Salame da Silva; Auditora substituta de Conselheiro Márcia Costa; Publicado no DOE nº 32.343, de**
188 **25.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
189 autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em**
190 **discussão**. A Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
191 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, modificando a decisão
192 anterior para aprovar, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Brasil Novo, exercício financeiro
193 de 2001, de responsabilidade do Sr. Domingos José da Silva Rodrigues, em nome de quem deve ser
194 expedido o competente Alvará de Quitação, após o recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no
195 prazo de 15 (quinze) dias, da multa prevista no art. 5º da Lei nº 10.028/00, no valor de R\$-1.444,20
196 (hum mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), pela remessa intempestiva do
197 Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º semestre do exercício. Ausência, por ocasião da votação, do
198 Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processos nº 1320102006-00**
199 **(200809354-00); Fundo Municipal de Saúde de Belterra; Recurso de Revisão interposto contra a**
200 **decisão do Acórdão nº 16.826, de 07.02.2008, prestação de contas de 2006; Responsável Geraldo**
201 **Irineu Pastana de Oliveira; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Auditora**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

202 substituta de Conselheiro Márcia Costa; **Publicado no DOE nº 32.343, de 25.02.2013.** Cumprindo
203 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
204 conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** A Relatora
205 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo
206 conhecimento e provimento do Recurso, modificando a decisão contida no Acórdão nº 16.826/08, no
207 sentido de aprovar as contas do Fundo Municipal de Saúde de Belterra, exercício financeiro de 2006, de
208 responsabilidade do Sr. Geraldo Irineu Pastana de Oliveira, em nome de quem deve ser expedido o
209 competente Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e
210 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processos nº 201015771-00 (200204663-00); Fundo Municipal**
211 **de Saúde de Itupiranga;** Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão do Acórdão nº
212 **13.525, de 31.05.2005, prestação de contas de 2001; Responsável Antônio Helder Tavares Cruz; 7ª**
213 **Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Auditora substituta de Conselheiro Márcia**
214 **Costa; Publicado no DOE nº 32.343, de 25.02.2013.** Retirado de pauta. **Processos nº**
215 **201004176-00 (201119018-00); União das Escolas de Samba de Belém;** Prestação de Contas
216 do Convênio nº 003/2010, firmado com a Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL;
217 Responsável - Ronaldo Norberto Paiva Costa; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros;
218 Relatora - Auditora substituta de Conselheiro Adriana Oliveira Cumprindo dispositivo regimental, o
219 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A
220 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou
221 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 003/2010,
222 firmado pela Fundação Cultural de Belém - FUMBEL com a União das Escolas de Samba de Belém, no
223 valor de R\$-10.000,00 (dez mil reais), devendo ser expedido em favor do Senhor Ronaldo Norberto
224 Paiva Costa, o respectivo Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José
225 Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processos nº 201107100-00 (201104429-00);**
226 **Associação Paraense de Preservação do Verde;** Prestação de Contas do Convênio nº 029/2011,
227 firmado com a Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Responsável Élide Cristina da Silva
228 Braz; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Auditora substituta de Conselheiro
229 Adriana Oliveira. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
230 autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Relatora
231 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela
232 aprovação das contas do Convênio nº 029/2011, firmado pela Fundação Cultural de Belém – FUMBEL -
233 com a Associação Paraense de Preservação do Verde, no valor de R\$-12.000,00 (doze mil reais),
234 devendo ser expedido em favor da Senhora Élide Cristina Silva Braz, o respectivo Alvará de Quitação.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

235 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda.

236 **Processo nº 201200700-00; Liga Carnavalesca e Cultural da Ilha de Cotijuba; Prestação de**

237 **Contas do Convênio nº 030/2011, firmado com a Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL;**

238 **Responsável Cláudio Amaral Ferreira; 2ª Controladoria; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator -**

239 **Auditor convocado Sérgio Dantas. Retirado de pauta. Processo nº 201108059-00; Instituto de**

240 **Previdência dos Servidores Municipais de Curralinho; Aposentadoria - Portaria nº 03/11, de**

241 **30.03.2011; Interessada Maria Raimunda Batista de Castro; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator -**

242 **Auditor convocado Sérgio Dantas. Retirado de pauta. Processo nº 201202476-00; Instituto de**

243 **Previdência e Assistência do Município de Curralinho; Aposentadoria – Portaria nº 017/12, de**

244 **02.01.2012; Interessada Maria de Fátima Sales Monteiro; Procuradora Elisabeth Salame da Silva;**

245 **Relator - Auditor convocado Sérgio Dantas. Retirado de pauta. Processo nº 201202478-00;**

246 **Instituto de Previdência e Assistência do Município de Curralinho; Aposentadoria – Portaria nº**

247 **018/12, de 02.01.2012; Interessada Maria Dias Novaes; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**

248 **Auditor convocado Sérgio Dantas. Retirado de pauta. Processo nº 201208593-00; Instituto de**

249 **Previdência dos Servidores Municipais de Muaná; Pensão – Portaria nº 011/12, de 25.04.2012;**

250 **Interessada Euridice Farias dos Santos, cônjuge do servidor inativo Raimundo Cornélio dos Santos;**

251 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Auditor convocado Sérgio Dantas; Retirado de Pauta na**

252 **Sessão do dia 26.02.2013. Retirado de pauta. Processo nº 201206253-00; Prefeitura Municipal**

253 **de Xinguara; Lei nº 821/2012, de 03.04.2012, que concede reajuste aos Servidores Públicos**

254 **Municipais; Interessado José Davi Passos; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa**

255 **Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e**

256 **manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator**

257 **proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pelo**

258 **cadastramento da Lei nº 821/2012, de 03/04/2012, que dispõe sobre a concessão de reajuste dos**

259 **vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Xinguara. Em seguida, a Conselheira Rosa Hage**

260 **assumiu a Presidência da Sessão. Processo nº 201105488-00; Instituto de Previdência dos**

261 **Servidores Públicos de Paragominas; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº**

262 **20.649, de 14.12.2010, que negou registro a Portaria nº 06/2010, concessiva de Aposentadoria;**

263 **Interessada Maria Dolores Ferreira da Silva; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira**

264 **Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos**

265 **autos e manifestou-se pelo não conhecimento do Recurso. A matéria foi colocada em discussão. A**

266 **Conselheira Relatora proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à**

267 **unanimidade, decidiu pelo não conhecimento do Recurso interposto, no entanto, considerando que**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

268 está revestido das formalidades legais, fica deferido o registro da Portaria nº 17/2011, de 20.06.2011
269 (fls. 32/139), que revoga a Portaria nº 06/2010 e concede à servidora Maria Dolores Ferreira da Silva
270 aposentadoria de magistério, com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c § 5º do art.
271 40, da Constituição Federal, no cargo de "Professor I", com proventos integrais no valor de R\$-2.108,27
272 (dois mil, cento e oito reais e vinte e sete centavos). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro
273 José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processos nº 200818566-00 (201013702-**
274 **00); Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa; Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº**
275 **19.267, de 17.12.2009, que negou registro a Contratos Temporários; Interessado Amós Bezerra da**
276 **Silva; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora Conselheira Mara Lúcia, com pedido de vista ao**
277 **Conselheiro Daniel Lavareda, na Sessão Plenária do dia 20.09.2012.** Retirado de pauta.
278 **Processos nº 200818567-00 (201013703-00); Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa;**
279 **Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 19.268, de 17.12.2009, que negou registro a**
280 **Contratos Temporários; Interessado Amós Bezerra da Silva; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora -**
281 **Conselheira Mara Lúcia, com pedido de vista ao Conselheiro Daniel Lavareda, na Sessão Plenária do dia**
282 **20.09.2012.** Retirado de pauta. **Processo nº 201218067-00; Câmara Municipal de Porto de Moz;**
283 **Resolução Legislativa nº 003/2012, de 27.08.2012, que fixa os subsídios do Vereador - Presidente e**
284 **demaís Vereadores, para a legislatura a partir de 1º de janeiro de 2013; Interessado Ivanildo de Lima**
285 **Pontes; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo
286 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro
287 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: "*pelo*
288 *cadastro da Resolução Legislativa nº 003/2012, aprovada em 25.09.12, pela Câmara Municipal de*
289 *Porto de Moz e sancionada pelo Prefeito Municipal, em 27.08.12, que fixa o valor do subsídio dos Vereadores*
290 *para a próxima legislatura, no importe de R\$-4.055,47 (quatro mil, cinquenta e cinco reais e quarenta e sete*
291 *centavos), para todos os Edis, correspondentes a 30% (trinta por cento) do valor do subsídio dos Deputados*
292 *Estaduais, nos termos do art. 29, VI, 'b', da CF/88, aplicando multa, nos termos do inciso II, do art. 120-B,*
293 *do RITCM-PA, em desfavor do então Presidente da Câmara Municipal, Ordenador responsável pelo*
294 *encaminhamento intempestivo do Ato, em seu percentual mínimo, de R\$-1.001,00 (um mil e um reais),*
295 *com a comunicação ao atual Presidente da Câmara Municipal de que qualquer atualização no valor do*
296 *subsídio deverá obedecer o que determinam os incisos I e II do § 1º do art. 169 e a alínea "c", do inciso VI,*
297 *o inciso VII, ambos do artigo 29, o inciso I e o § 1º do artigo 29-A, todos da Constituição da República, além*
298 *dos artigos 16 e 17, da LC n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)".* **Em votação:** a Conselheira
299 Rosa Hage, o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Antônio José acompanharam a Relatora. As
300 Auditoras substitutas de Conselheiros, Adriana Oliveira e Márcia Costa, acompanharam a Relatora, sem
301 a inclusão da multa. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

302 cadastramento da Resolução Legislativa nº 003/2012, aprovada em 25.09.12, pela Câmara Municipal de
303 Porto de Moz e sancionada pelo Prefeito Municipal, em 27.08.12, que fixa o valor do subsídio dos
304 Vereadores para a próxima legislatura, no importe de R\$-4.055,47 (quatro mil, cinquenta e cinco reais e
305 quarenta e sete centavos), para todos os Edis, correspondentes a 30% (trinta por cento) do valor do
306 subsídio dos Deputados Estaduais, nos termos do art. 29, VI, 'b', da CF/88, com a comunicação ao atual
307 Presidente da Câmara Municipal de que qualquer atualização no valor do subsídio deverá obedecer o
308 que determinam os incisos I e II do § 1º do art. 169 e a alínea "c", do inciso VI, o inciso VII, ambos do
309 artigo 29, o inciso I e o § 1º do artigo 29-A, todos da Constituição da República, além dos artigos 16 e
310 17, da LC n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **Por maioria:** aplicação de multa, nos termos
311 do inciso II, do art. 120-B, do RITCM-PA, em desfavor do então Presidente da Câmara Municipal,
312 Ordenador responsável pelo encaminhamento intempestivo do Ato, em seu percentual mínimo, de R\$-
313 1.001,00 (hum mil e um reais) Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
314 Vencidas as Auditoras substitutas de Conselheiros, Adriana Oliveira e Márcia Costa. **Processo nº**
315 **201215853-00; Câmara Municipal de Medicilândia; Decreto Legislativo nº 102/2012, de**
316 **30.08.2012, que fixa o valor as diárias pagas ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, a partir**
317 **de 1º de janeiro de 2013; Interessado Valdivino Rodrigues Lopes; Procuradora Elisabeth Salame da**
318 **Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
319 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do Decreto Legislativo nº
320 102/2012. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
321 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não cadastramento do
322 Decreto Legislativo nº 102/2012, aprovado em 30.08.12 (fls. 02/03), que fixa o valor das diárias de
323 viagem, pagas ao Prefeito e Vice-Prefeito, a partir de 01.01.13, modulando os efeitos desta decisão a
324 partir da sua publicação, advertindo o Chefe do Executivo Municipal quanto à impossibilidade de
325 pagamento de diárias de viagem, com base no referido Ato, sob pena de glosa das despesas na
326 correspondente prestação de contas, onde serão consideradas para efeito de regularidade do
327 pagamento, o pretérito ato encaminhado para cadastro neste TCM-PA. Ausência, por ocasião da
328 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 730022009-00; Câmara Municipal de**
329 **Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas de Gestão – exercício de 2009; Responsável Anatan**
330 **Barata Carvalho; 5ª Controladoria; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel**
331 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
332 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer
333 prévio contrário a aprovação das contas de Gestão, com encaminhamento de cópia dos autos ao
334 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

335 **VOTO:** "pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá,
336 exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Anatan Barata de Carvalho, que deverá recolher no prazo de 15
337 dias, os seguintes valores: Ao Erário Municipal, a importância de R\$-4.200,00 (quatro mil e duzentos reais),
338 equivalente a 10% (dez por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei
339 nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal, considerado o princípio da
340 razoabilidade e a regularidade das contas. E ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e
341 Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com
342 o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 2009. - multa de R\$-500,00 (quinhentos reais) pela
343 remessa da prestação de contas do 3º quadrimestre fora do prazo legal nos termos do art. 120-B, item IV, do
344 RI/TCM2. - multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II do RI/TCM, pelo
345 descumprimento dos art. 29, VI, VII, 37, XI, 195, I, "a" da Constituição Federal de 1988, arts. 15, I e 22, I,
346 II, 30, I, "a" e "b" da Lei nº 8.212/91 e art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal. Cópia dos autos ao
347 Ministério Público Estadual para as providências cabíveis". **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o
348 Conselheiro Antônio José e a Auditora substituta de Conselheiro Márcia Costa acompanharam o Relator,
349 na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e a Auditora substituta de Conselheiro Adriana Oliveira
350 acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a
351 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de
352 Santo Antônio do Tauá, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Anatan Barata de Carvalho, que
353 deverá recolher no prazo de 15 dias, ao Erário Municipal, a importância de R\$-4.200,00 (quatro mil e
354 duzentos reais), equivalente a 10% (dez por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no
355 art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos RGF's, considerado o princípio da
356 razoabilidade e a regularidade das contas, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao
357 Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), pela
358 remessa da prestação de contas do 3º quadrimestre fora do prazo legal, nos termos do art. 120-B, item
359 IV, do RI/TCM; - multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II do RI/TCM, pelo
360 descumprimento dos art. 29, VI, VII, 37, XI, 195, I, "a" da Constituição Federal de 1988, arts. 15, I e
361 22, I, II, 30, I, "a" e "b" da Lei nº 8.212/91 e art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ausência, por
362 ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Auditora
363 substituta de Conselheiro Adriana Oliveira quanto a multa ao FUMREAP. **MATÉRIA**
364 **ADMINISTRATIVA.** Apreciação dos Acórdãos nº's 23.263 a 23.278 e 23.295. Apreciação das
365 Resoluções nº's 10.761, 10.762 e 10.766 a 10.778. Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. A Presidência
366 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação dos Acórdãos e Resoluções
367 apresentados. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; 1)
368 Processo nº 201204901-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema;




ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

369 Aposentadoria de Leny Caetano Cardoso. 2) Processo nº 201209778-00; Instituto de Previdência e
370 Assistência do Município de Capanema; Aposentadoria de Raimunda Carlos Braga Nunes. 3) Processo nº
371 201213323-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria
372 de Regina Lúcia de Souza Pinto. 4) Processo nº 201213324-00; Instituto de Previdência e Assistência
373 do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria de Lourdes Costa Coelho. 5) Processo nº
374 201213326-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de
375 Marcos Lopes de Barros. 6) Processo nº 201021952-00; Instituto de Previdência e Assistência do
376 Município de Belém – IPAMB; Pensão de Alessandra Cristina Monteiro Santiago. 7) Processo nº
377 201109566-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de
378 Amaury Martins Cavalcante. 8) Processo nº 201209428-00; Instituto de Previdência e Assistência do
379 Município de Belém – IPAMB; Pensão de Carmen Ruth dos Anjos. 9) Processo nº 201213734-00;
380 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria de Nazaré
381 Cavalcante Pereira. 10) Processo nº 201214868-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município
382 de Belém – IPAMB; Pensão de Ester Santos Corrêa. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
383 **MINISTÉRIO PÚBLICO.** Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão às dez horas e
384 quarenta e nove minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
385 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e oito de janeiro de
386 dois mil treze.

Visto:


Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Presidente da Sessão


Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**

Presidente da Sessão


Conselheira **Rosa Hage**

Presidente da Sessão